

# Medidas para elevar arrecadação tributária

por Jurema Baesse de Brasília

O presidente José Sarney baixou, ontem, um importante decreto-lei que irá elevar o Imposto de Renda para as empresas a partir de janeiro do próximo ano. Essa elevação da carga tributária das pessoas jurídicas já está contemplada no Orçamento Geral da União, enviado ontem ao Congresso Nacional, e faz parte do "pacote fiscal" que irá gerar um ganho adicional de receita de aproximadamente 400 milhões de OTN (CZ\$ 95,8 bilhões) no próximo ano.

De acordo com o Decreto-lei 2.462, publicado na edição de ontem do Diário Oficial, a partir de janeiro do próximo ano as empresas com lucro real ou arbitrado que exceder a 20 mil OTN (CZ\$ 47,8 milhões) estarão obrigadas a recolher um adicional de 5% de Imposto de Renda, além dos 35% que pagam atualmente. Esse imposto terá de ser antecipado na fonte, a partir de setembro a dezembro do próximo ano, em quatro parcelas. Esse imposto irá incidir sobre a parcela do lucro que exceder a 20 mil OTN até o limite de 40 mil OTN. Para as empresas financeiras, bancos comerciais, de investimentos, sociedades de crédito imobiliário, corretoras e distribuidoras, esse adicional, dentro dos mesmos limites de lucro, será de 10%.

**IMPOSTO GLOBAL**

Essa elevação de imposto irá atingir cerca de 24 mil empresas consideradas de porte médio. Para as grandes empresas, com lucro real ou arbitrado acima

de 40 mil OTN (CZ\$ 95,8 milhões), o governo manteve o mesmo tratamento fiscal, ou seja, elas pagarão o imposto de 35% mais o adicional de 10% se for uma empresa não financeira. Para as grandes empresas financeiras, o imposto de Renda continuará sendo de 35% mais 15% de adicional. Cerca de 6 mil empresas estão enquadradas nessa categoria e juntas representam pouco menos de 80% do imposto global gerado pelas pessoas jurídicas.

Esta medida irá gerar um ganho de arrecadação de 93 milhões de OTN (CZ\$ 222,4 bilhões). Apesar de o novo imposto adicional fazer parte da declaração anual de 1990, ano-base 1989, as empresas já terão de antecipar o imposto a partir do próximo ano, segundo explicação do secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, que anunciou as medidas na área fiscal.

**OPEN**

O Decreto-lei 2.462, no seu artigo 2º, cria um imposto novo de 5% para as empresas tributadas com base no lucro real que será calculado sobre o valor da receita bruta obtida em operações financeiras de curto prazo realizadas neste ano, ou seja, quando as empresas forem fazer a sua declaração anual no início do próximo ano já terão de considerar esse imposto, embora as aplicações tenham sido feitas neste ano.

Esse imposto, segundo o decreto-lei terá de ser recolhido mesmo que a pessoa jurídica apure prejuízo no período-base. Para que fique clara a nova mecânica, segundo explicação do secretário-adjunto da Receita Federal, Jorge Victor Rodrigues, é importante observar o que ocorre hoje quando as grandes empresas aplicam no "open".

Esse rendimento geralmente fica próximo à inflação, ou para cima ou para baixo, e as empresas o lançam no balanço no lado do ativo que é corrigido monetariamente e, de forma equivalente, o patrimônio líquido é também corrigido monetariamente, o que faz com que o ganho financeiro desapareça, e o imposto na fonte, que é compensável na declaração, acabe-se transformando num crédito da empresa junto ao Tesouro Nacional.

Quando a empresa apura o imposto sobre a sua atividade e sobre outras aplicações, ele pode deduzir o imposto antecipado na fonte sobre o "open". Essa dedução continuará sendo feita normalmente, explicou Rodrigues. Ocorre que depois desta dedução a empresa terá de recuperar todo o seu rendimento bruto no "open" durante o ano-base e oferecê-lo à tributação na base de 5%. Essa tributação irá incidir sobre o rendimento do "open" tendo a empresa obtido lucro ou não, uma vez que incidirá sobre o rendimento bruto do ponto de vista da Receita Federal. Todo o ganho auferido antes de trinta dias não é correção monetária, é ganho de capital: só se considera a exclusão da correção monetária para o período superior a trinta dias, quando se usará a OTN cheia como base.

Essa medida irá gerar um reforço de arrecadação de 120 milhões de OTN (CZ\$ 287 bilhões), e é a decisão isolada que irá gerar mais recursos para a União. A ideia da medida é

discriminar o tratamento tributário das receitas operacionais que são distintas das receitas decorrentes da atividade própria da empresa. Na prática, acrescentou o secretário-adjunto, o adicional de 5% sobre o "open" irá tornar definitivo um imposto que na fonte acaba sendo compensável na declaração. Esse imposto terá de ser recolhido nos mesmos prazos de pagamento das cotas do imposto.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

De acordo com o artigo terceiro do mesmo decreto-lei, o governo amplia a tributação que existe sobre as empresas prestadoras de serviço. O decreto-lei determina a incidência do imposto de Renda na fonte à alíquota de 3% sobre as importâncias pagas ou creditadas, a partir de janeiro do próximo ano, às pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e locação de mão-de-obra. Até então, essas empresas não recolhiam o imposto na fonte. Essa alíquota de 3% é compensável na declaração de rendimento anual.

O Decreto-lei nº 2.462 trouxe, ainda, uma adequação às mudanças introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.397 de final do ano passado, que reduziu os incentivos fiscais do Finor (Nordeste) e do Finam (Amazônia) de 50 para 40% do imposto de Renda devido pelas empresas. O atual decreto-lei reduz de 50 para 40% o valor do depósito para reinvestimentos correspondente à parcela do imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas instaladas nas áreas da Sudene

e da Sudam. A medida tem por objetivo compatibilizar os depósitos com a redução dos incentivos decidida no final do ano passado.

O ganho global da União com essas medidas, da ordem de 400 milhões de OTN, segundo explicação de Jorge Victor Rodrigues, difere um pouco do ganho medido pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF). E que a SOF considera os ganhos de arrecadação com base nos preços de junho e em cruzados e a Receita contabilizou os ganhos com base na OTN de agosto.

**Taxação maior sobre lucros das empresas**

Eis a íntegra do Decreto-Lei 2.462, que altera as alíquotas do Imposto de Renda incidentes sobre o lucro real de empresas:

Art. 1º A partir do exercício financeiro de 1989, o adicional de que trata o art. 25 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, incidirá sobre a parcela do lucro real ou arbitrado que exceder a vinte mil Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, as seguintes alíquotas:

I — cinco por cento sobre a parcela do lucro real ou arbitrado que exceder a vinte mil OTN, até quarenta mil OTN;

II — dez por cento sobre a parcela do lucro real ou arbitrado que exceder a quarenta mil OTN.

§ 1º A alíquota de que trata o item I deste artigo será de dez por cento e a de que trata o item II será de quinze por cento, para os bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corre-

toras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e empresas de arrendamento mercantil.

§ 2º O valor do adicional previsto neste artigo será recolhido integralmente com o imposto de Renda, não sendo permitidas quaisquer deduções.

§ 3º Os limites de que trata este artigo serão reduzidos proporcionalmente, quando o número de meses do período-base for inferior a doze.

Art. 2º A partir do exercício financeiro de 1989, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ficam sujeitas a um imposto de renda adicional, calculado sobre o valor da receita bruta obtida em operações financeiras de curto prazo durante o período-base.

§ 1º A alíquota do imposto adicional é de cinco por cento.

§ 2º O adicional de que trata este artigo será devido mesmo que a pessoa jurídica apure prejuízo no período-base.

§ 3º O imposto adicional será convertido em número de OTN, pelo valor desta no mês de encerramento do período-base, e será pago nos mesmos prazos e condições estabelecidos para o pagamento das cotas do imposto de renda.

§ 4º O valor do imposto adicional será recolhido integralmente com o imposto de Renda, não sendo permitidas quaisquer deduções.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica às pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do artigo anterior.

Art. 3º O desconto do imposto de renda na fonte de que trata o art. 2º do Decreto-lei nº 2.030, de 9 de junho de 1983, com as alterações contidas nos arts. 1º, III, do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, e 52 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, passa a ser aplicável, também à alíquota de três por cento, às importâncias pagas ou creditadas, a partir do mês de janeiro de 1989, a pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e por locação de mão-de-obra.

Art. 4º O depósito para reinvestimento, de que tratam os arts. 23 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968, e 29 do Decreto-lei nº 758, de 11 de agosto de 1969, com a redação dada pelo art. 4º do Decreto-lei nº 1.564, de 29 de julho de 1977, e de quarenta por cento do imposto devido, acrescidos de quarenta por cento de recursos próprios, mantidas as demais condições estabelecidas na legislação de regência.

Art. 5º O parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A taxa a que se refere este artigo será a estabelecida para venda da moeda respectiva a cada dia

útil, para vigência no dia útil subsequente.

Art. 6º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto no art. 5º a partir de 16 de setembro de 1988.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

**Recursos do FAS e Finsocial para saúde**

Eis a íntegra do Decreto-Lei nº 2.463, que altera a destinação dos recursos do FAS e do Finsocial:

Art. 1º Passarão a ser aplicados em programas, projetos e atividades de saúde, previdência e assistência social os recursos destinados:

I — ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, pelas Leis nºs 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.430, de 7 de julho de 1977, e 6.717, de 12 de novembro de 1979, e pelos Decretos-leis nºs 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

II — ao Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, pelo Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, com as alterações dos Decretos-leis nºs 2.397, de 21 de dezembro de 1987, e 2.413, de 10 de fevereiro de 1988.

Art. 2º Os recursos destinados ao FAS serão recolhidos pela Caixa Econômica Federal à conta do Tesouro Nacional, nos termos do Decreto-lei nº 1.755, de 31 de dezembro de 1979, a partir de 1º de janeiro de 1989.

Parágrafo único. Serão também recolhidos ao Tesouro Nacional, a partir da mesma data, os recursos decorrentes das amortizações, juros e encargos de financiamentos concedidos pelo FAS e os valores correspondentes aos prêmios prescritos das loterias federal e esportiva e dos concursos de prognósticos, após deduzidas as quantias relativas ao pagamento das reclamações administrativas dos apostadores julgadas procedentes.

Art. 3º A alíquota da contribuição social de que trata o artigo 1º, § 1º, do Decreto-lei nº 1.940, de 1982, com a redação dada pelo artigo 22 do Decreto-lei nº 2.397, de 1987, será de 0,61% (seis décimos por cento), revogado o repasse previsto no artigo 13, parte final, Decreto-lei nº 2.413, de 1988.

Art. 4º Para atender à contribuição da União destinada ao Fundo de Liquidez da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.139, de 1º de dezembro de 1977, poderá ser destacada parcela dos recursos previstos no artigo 1º deste Decreto-lei.

Art. 5º O artigo 2º, item II, do

Decreto-lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

II — indicação, na declaração de rendimentos, das importações que serão recolhidas à ordem da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR, para aplicação em projetos específicos de alfabetização e de ensino técnico, até o limite de 1% (um por cento) do imposto de renda devido."

Art. 6º O artigo 4º do Decreto-lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987, alterado pelo Decreto-lei nº 2.410, de 15 de janeiro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ocorrendo, na forma da legislação pertinente, a requisição dos servidores da Administração Direta ou Indireta da União por parte de Governadores de Estados ou do Distrito Federal e de Prefeitos Municipais, o Presidente da República poderá autorizá-la, desde que condicionada ao reembolso da importância equivalente ao valor da retribuição do servidor cedido, acrescida aos respectivos encargos.

§ 1º O reembolso previsto neste artigo não será exigido nos casos de requisição para o exercício do cargo de Secretário de Estado ou de dirigente máximo de entidade da Administração Indireta Estadual.

§ 2º O período em que o servidor federal permanecer requisitado consoante disposto neste artigo será considerado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício no órgão ou entidade de origem.

Parágrafo único. Fica dispensado o reembolso pelos órgãos da Administração Federal, na vigência das redações anteriores, do artigo 4º do Decreto-lei nº 2.355, de 1987.

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação e, à exceção do disposto no artigo 6º, produzirá efeitos a partir de 19 de janeiro de 1989, quando ficarem revogados os artigos 1º da Lei nº 6.168, de 1974, e 3º do Decreto-lei nº 1.940, de 1982.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>6.973.177</b>
• Secretaria Geral	1.635.109
— Eletrificação e Irrigação Comunidades Rurais	1.469.728
— Participação no Capital — ELETROBRAS (I)	185.381
• Programa de Mobilização Energética — PME (2)	5.318.068
— Desenvolvimento Tecnológico para Conservação de Energia (FINEP)	271.261
— Desenvolvimento Tecnológico da Biomassa (FINEP)	31.913
— Desenvolvimento Tecnológico de Carvão Mineral (FINEP)	37.232
— Estudos e Pesquisas em Energia Elétrica (FINEP)	143.609
— Estudos e Pesquisas em Energia Solar (FINEP)	21.275
— Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na área de Energia (EMBRAPA)	45.067
— Difusão Tecnológica na Área de Energia (EMBRATE)	15.689
— Biomassa Energética (SNAPMA)	6.897
— Sistema de Distribuição de Gás da Região Nordeste (PETROBRAS)	906.772
— Tecnologia Industrial em Conservação e Uso de Energéticos (STI/MIC)	101.977
— Melhoria da Margem de Refino do Petróleo (PETROBRAS)	469.219
— Expansão do Sistema Elétrico (SG/MME)	1.545.770
— Racionalização do Transporte Urbano de Passageiros (EBTU)	9.518
— Ferrovias Metropolitanas — Sistema de Trens Metropolitanos de Natal (CBTU)	96.711
— Ferrovias Metropolitanas — Sistema de Trens Metropolitanos de João Pessoa (CBTU)	94.158
— Ferrovias Metropolitanas — Sistema de Trens Metropolitanos de Recife (CBTU)	217.043
— Ferrovias Metropolitanas — Sistema de Trens Metropolitanos do Rio de Janeiro (CBTU)	690.730
— Ferrovias Metropolitanas — Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo (CBTU)	613.227

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>29.461.185</b>
• Cooperação Institucional para Implementação da RA	2.047.797
• Manutenção e Atualização do Cadastro Rural	4.476.367
• Estudos e Pesquisas Agrárias	240.793
• Regularização Fundiária	950.915
• Assistência Social ao Trabalhador Rural	418.088
• Assentamento de Trabalhadores Rurais	12.560.440
• Projetos de Colonização	7.238.934
• Instituto Jurídico de Terras Rurais	688.489
• Corte linear de 10% sobre os demais Projetos e Atividades do Ministério	839.362

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>1.735.654</b>
• Apoio Instit. aos Sist. Estad. da Ciência e Tecnologia	22.997
• Demais Projetos/Atividades (10% sobre os NOVOS LIMITES da E.M. 052/88, a preços de junho/88) (I)	1.712.657

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>5.808.571</b>
• Aumento da Capacidade de Segurança do Trabalho	17.231
• Reestruturação do Sistema Penitenciário	5.098.575
• Valorização Humana do Preso	30.823
• Assistência a Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário	10.453
• Corte em vários Projetos/Atividades correspondentes a 10% do limite a preços de junho	651.489

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>1.911.181</b>
• Apoio a Ação Legislativa	58.621
• Unidades Habitacionais	9.455
• Reparo e Conservação de Edificações Públicas	416.185
• Obras Complementares no Complexo da Câmara dos Deputados	1.426.920

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>24.597.792</b>
• Assistência Financeira a Entidade	36.981
• Estudos de Política e Planejamento de Saúde	23.723
• Capacitação de Recursos Humanos	14.983
• Implantação e Organização dos Serviços de Saúde	8.878.424
• Ecologia Humana e Saúde Ambiental	93.769
• Operação da Rede Nac. de Laboratórios de Saúde Pública	107.222
• Controle do Câncer e Outras Doenças Degenerativas	133.556
• Controle da Doença Mental	120.219
• Apoio de Saúde no Nordeste Rural e Outras Operações de Crédito a contrair	15.188.915

CONTRAPARTIDA — RECURSO DO TESOURO PROJETOS NÃO CONSIDERADOS NA PROPOSTA	
ÓRGÃO	CZ\$ mil TOTAL
Ministério da Agricultura	3.560.000
• SIBRATER	2.083.600
• Coordenação e Manutenção da Assist. Téc. e Ext. Rural	676.400
• Encargos Gerais da União — Minter	58.324.975
• Programa de Apoio do Pequeno Prod. Rural do NE (PAPP)	55.619.375
• Desenvolvimento do Centro-Oeste — PROCENTRO	2.705.600
Ministério da Saúde	11.559.246
• Estudos de Política e Planejamento de Saúde	312.174
• Ações de Saúde no Nordeste Rural	6.403.072
• Controle da Malaria na Bacia Amazônica	4.844.000
Ministério da Ciência e Tecnologia	709.371
• Fomento a Pesquisas Aplicadas (PDCT/NE)	709.371
Ministério da Educação	5.184.359
• Ensino de Primeiro Grau	2.313.999
— Educação Básica p/as Regiões Norte e Centro-Oeste	1.303.960
• Ensino de Segundo Grau	1.303.960
— Melhoria do Ens. Téc. Agrícola e Industrial — Educac	1.280.947
— Construção e Ampliação de Unidades/Aquisição e Inst. de Instrumental p/Ens. e Pesquisa	23.013
— Desenvolvimento de Recursos Humanos	1.566.400
• Ensino Superior	1.566.400
— Desenvol. das Universidades Federais (MEC/BID III)	1.566.400
— Infra-estrutura/Acervo Bibliográfico NAS/ISS	10.146.000
Ministério dos Transportes	10.146.000
• DNER	1.246.000
— Construção de Estradas Vicinais	1.246.000
— Restauração de Rodovias	5.340.000
— Melhoramentos de Recuperação de Rotas Ferroviárias	3.560.000
Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente	8.501.946
• Administração Direta	2.276.112
— Apoio ao Desenvolvimento Integrado da RM/Recife	612.117
— Apoio ao Desenvolvimento Integrado da RM/Salvador	1.549.055
— Controle da Poluição Industrial	814.940
• Administração Indireta	6.225.834
— Transporte por Trólebus	24.104
— Reorganização do Transp. Públ. Urb. de Passageiros	1.325.683
— Corredores Estruturais Urbanos	2.711.625
— Vias Alimentadoras Urbanas	1.084.650
— Sinalização de Vias Urbanas	361.550
— Equip. Abrigos e Passarelas	36.155
— Terminais Urbanos	482.067
Total	97.785.897

SENADO FEDERAL	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>1.966.854</b>
• Apoio a Ação Legislativa	64.294
• Construção do Anexo III e Obras Complementares no Complexo do Senado Federal	1.902.560

JUSTIÇA ELEITORAL	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>3.906.328</b>
• Coordenação e Supervisão de Eleições	3.156.328
• Transporte e Alimentação de Eleitores das Zonas Rurais	750.000

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>1.200.892</b>
• Assistência Financeira a Entidade	32.462
• Desenvolvimento de Pesquisas	708.305
• Demais Projetos/Atividades — corte linear de 10%	460.125

TRANSFERÊNCIAS GDF	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>3.054.590</b>
— Manutenção Serv. Administrativos da Fund. Educacional	141.500
— Manutenção da Rede Hospitalar	652.700
— Reforma e Reaparelhamento do Hosp. de Base de Brasília	287.500
— Coordenação e Manutenção do Ensino do Primeiro Grau	308.000
— Coordenação do Planejamento do Sistema Educacional	652.700
— Prevenção e Controle do Erosão	334.500
— Proteção e Recuperação do Lago Paranoá	1.329.700

MINISTÉRIO DO TRABALHO	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>14.747.505</b>
• Contrib. p/ o Fundo Especial de Bolsas de Estudo — EEE	76.711
• Coordenação e Manutenção dos Serviços Administ. — SENAR	276.225
• Contr. Fundo Serv. Nac. Form. Profissional Rural — SENAR	128.777
• Coordenação e Manutenção dos Serviços Administ. — EBE	4.281
• Promoção e Desenvolvimento do Artesanato	127.828
• Coord. e Orientação da Política Bem-Estar do Trabalhador	4.875
• Valorização da Ação Sindical	123.072
• Ressarcimento Pessoas Jurídicas que Executam Programa de Alimen. Trabalhador	8.502
• Desenvolvimento de Pesquisas na Área Trabalhista	85.615
• Manutenção de Órgãos de Deliberação Coletiva	9.632
• Seguro-Desemprego	13.471.925
• Demais Projetos/Atividades — corte linear de 10%	530.062

JUSTIÇA DO TRABALHO	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>166.474</b>
• Construção de Edifícios-Sede para Juntas de Conciliação e Julgamento	166.474

ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO — MINTER	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>36.241.390</b>
• Apoio ao Vale do Rio Doce	47.564
• Apoio a Micro, Pequena e Médias Empresas Regiões NO	475.640
• Desenvolvimento dos Carrados Minerais	905.716
• Litoral Oriental do Rio de Janeiro	118.910
• Novo Jequitinhonha	2.140.380
• Projeto Padre Cicero (Nordeste Ja)	29.370.770
• Programa de Apoio ao Pequeno Prod. Rural do NE (PAP)	
• POLONOROESTE (SUDECO)	2.465.004
• Desenvolvimento do Centro-Oeste — PROCENTRO	719.406
• CORTES ADICIONAIS (EGU/MINTER)	124.856
• Ecodesenvolvimento do Pantanal e sua Bacia	594.550
• POLONORDESTE (SUDECO)	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e Capital
<b>Cortes</b>	<b>48.544.079</b>
• Ensino de Primeiro Grau	19.815.140
— Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas (a)	3.648.230
— Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (a)	3.944.547
— Produção e Distribuição de Material Escolar (a)	4.139.167
— Educação Básica para o Nordeste	3.251.706
— Concessão de Bolsas de Estudo	624.278
— Assistência à Saúde do Escolar	2.969.795
— Educação Básica p/as Regiões Norte e Centro-Oeste	
— Programa Monhangara	1.237.417
• Ensino de Segundo Grau	4.075.101
— Apoio a Programas na Área de Ativ. Física	328.073
— Expansão da Educação Física e do Esporte	213.004
— Assist. Técnica e Fin. às Unidades da Federação	1.278.520
— Melhoria do Ens. Tec. Agrícola e Industrial-EDUTE	2.253.504
— Construção e Ampliação de Unidades/Aquisição e Inst. de Instrumental p/Ens. e Pesquisa	2.023.623
— Desenvolvimento de Recursos Humanos	231.881
• Ensino Superior	5.905.458
— Infra-Estrutura/Acervo Bibliográfico nos IFES	1.900.840
— Projeto Integrado de Desenvol. de Educação Superior	2.221.001
— Coordenação de Implantação dos CAMPI (CEDATE)	1.783.617
• Seguros do Ensino de 1º, 2º e 3º Graus	14.789.433
— Apoio a Projetos de Desenvolvimento de Educação e Esporte	10.046.000
— Assistência Financeira a Entidades	4.495
— Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Rede Física de Sistemas de Educação Física e Desportos	35.659
— Estudos e Pesquisas Aplicáveis à Infra-Estrutura Física de Apoio à Educação e Desporto	69.769
— Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	3.685.791
— Contrib. ao Fundo de Constr. e Equip. Escolares (CEDAFE)	77.292
— Demais Projetos	870.427
• Demais Projetos/Atividades (10% sobre os Novos Limites da E.M. 052/88, a preços de junho de 1988) (I)	3.958.947

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>Cortes</b>	<b>20.085.971</b>
• Municipalização da Agricultura	864.000
• Coordenação do Planejamento	129.333
• PROVARZEAS	2.921.143
• Participação da União no Capital da COBAL	70.870
• Alimentação Popular	149.827
• Assistência Financeira e Ações do Setor Agrícola	1.202.160
• Desenvolvimento Rural Integrado em Microbacias Hidrog.	1.554.748
• Conservação do Solo e Água	66.252
• Patrulha Mecanizada	227.118
• CEPLAC	1.422.493
• Assistência Técnica e Ext. Rural em Áreas de Ref. Agrária	3.182.388
• SIBRATER	4.321.078
• Difusão Tecnológica em Regiões Especiais	124.856
• Implementação do Programa de Irrigação do Nordeste	260.148
• Coordenação e Manutenção da Assist. Tec. e Ext. Rural	
• Corte linear de 10% sobre os demais Projetos e Atividades do Ministério	3.586.437
OUTRAS MEDIDAS — NÃO PAGAMENTO DO ACORDO INTERNACIONAL DO CACAU (BUFFER STOCK)	

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
Discriminação	CZ\$ mil Outros custeios e capital
<b>CORTES</b>	<b>5.870.330</b>
• Secretaria Geral	334.043
— Coordenação da Política de Abastecimento	10.025
— Apoio ao Sistema de Arrecadação Financeira dos Estados e Municípios	324.018
• Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	48.861
— Cobrança da Dívida Ativa	48.861
• Secretaria da Receita Federal	332.840
— Fiscalização de Contribuições ao FINSOCIAL e PIS/PASEP	332.840
• Manutenção de Unidades Regionais	5.154.586

## Muda o IR das companhias que operam no SFH